



Câmara Municipal de Itabirito

Requerimento Nº 400, 02 de junho de 2025

Requer o envio ao Poder Executivo Municipal, solicitando informações detalhadas à Secretaria Municipal de Educação acerca da suspensão ou corte de bolsas escolares em instituições privadas de ensino que eram disponibilizadas anteriormente à população local por meio de programas ou convênios da Secretaria Municipal de Educação.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 149 do Regimento Interno da Câmara, indico a Vossa Excelência, o envio ao Poder Executivo Municipal, solicitando informações detalhadas à Secretaria Municipal de Educação, acerca da suspensão ou corte de bolsas escolares em instituições privadas de ensino que eram disponibilizadas anteriormente à população local por meio de programas ou convênios da Secretaria Municipal de Educação.

1. Qual foi o motivo ou justificativa técnica/administrativa para o corte das referidas bolsas?
2. Quando se deu a decisão formal de suspensão ou cancelamento do benefício?
3. Houve deliberação legislativa ou parecer do Conselho Municipal de Educação que fundamentasse tal medida?
4. Qual o número de estudantes afetados pela medida?
5. Existe previsão de retomada do programa ou de criação de nova iniciativa similar?

Justificativa

A concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino, custeadas com recursos públicos por meio da Secretaria Municipal de Educação, historicamente tem representado uma estratégia de inclusão educacional e de redução das desigualdades sociais no município, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade econômica que não encontram na rede pública, por diferentes razões, alternativas compatíveis com as necessidades educacionais de seus filhos.

Nos últimos meses, diversas famílias têm reportado a suspensão ou corte total dessas bolsas, sem que haja informações públicas claras sobre os critérios adotados para a decisão, o alcance da medida, os fundamentos legais ou financeiros que motivaram tal ato, tampouco as alternativas oferecidas aos estudantes afetados. Essa situação tem gerado insegurança educacional, descontinuidade dos processos de aprendizagem e prejuízos diretos ao direito fundamental à educação, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Diante do princípio da publicidade, da transparência administrativa e da necessidade de controle social das políticas públicas, é imprescindível que a Secretaria Municipal de Educação preste esclarecimentos formais e detalhados sobre os fatores que levaram ao corte das referidas bolsas, incluindo a motivação técnica, legal e orçamentária da medida, bem como quais providências estão sendo adotadas para assegurar o direito à educação aos estudantes impactados.

Este requerimento visa garantir a transparência da gestão pública, assegurar o cumprimento das obrigações legais do poder público e fomentar o debate qualificado sobre alternativas que possam preservar a função social e educacional da política de concessão de bolsas.

Agradeço a atenção e aguardo um retorno sobre as medidas que poderão ser adotadas.

Sala de Reuniões, 02 de junho de 2025.


Dr. Edson
Vereador

DEFERIDO

EM 02 / 06 / 25



PRESIDENTE